

Agropecuária

Em 2006: a recuperação da lavoura de grãos sul-rio-grandense em meio à crise agrícola nacional*

Maria D. Benetti

Economista da FEE

O Governo Federal está atento aos problemas do setor. A confluência de um conjunto de fatores negativos, como adversidades climáticas, câmbio valorizado, pragas e doenças, elevação de custos de produção e deficiências de infra-estrutura, causou forte impacto sobre a renda e a liquidez do produtor rural (Brasil, 2006).

Nesse parágrafo introdutório ao Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2006/2007, reconhecia-se, oficialmente, a profunda crise em que se encontrava mergulhada a agricultura brasileira¹. Além disso, ele deixa claro e resume muito bem a natureza dessa crise econômico-financeira e de suas causas. A crise econômica tem a ver com a queda da rentabilidade do setor; a financeira, com o excessivo endividamento, conduzindo-o à insolvência. Reconhecia-se, ainda, que a tais dificuldades se somam as decorrentes de problemas estruturais, associados à deficiência acumulada, no tempo, na infra-estrutura doméstica de circulação das mercadorias. Esses problemas estavam velados pela evolução favorável do mercado em períodos anteriores, bastando que se invertesse essa trajetória para que os mesmos se expusessem. É razoável deduzir que o *gap* estrutural afeta mais fortemente as novas regiões produtoras localizadas nos cerrados brasileiros, ao centro e ao

norte do País, mais distantes das zonas de consumo e embarque de *commodities*. No diagnóstico da crise, aparece outro componente, não menos influente, todavia de natureza aleatória, tendo a ver com as adversidades decorrentes de fatores naturais — pragas, clima — incidentes na atividade e que castigaram a lavoura recentemente.

Neste texto, avalia-se o desempenho da agricultura no ano de 2006,² focalizando o segmento da lavoura temporária de grãos no Rio Grande do Sul, dentro da ótica geral das dificuldades em que se encontrava o setor em âmbito nacional. Aliás, a literatura sobre o assunto afirma ter sido esse o segmento mais afetado pela crise, o que é confirmado pela atenção especial que recebe das medidas governamentais promulgadas em 2006 (ver, a esse respeito, a matéria contida no Box A.1, apenso ao final do texto).

A safra 2005/2006

Quando os produtores de grãos tomaram suas decisões sobre o plantio para a safra 2005/2006, fizeram-no em circunstâncias muito desfavoráveis.

Estas estavam associadas à piora das relações de intercâmbio da agricultura, devido à continuada e expressiva queda dos preços recebidos pelo setor frente à subida dos preços dos insumos, formando um efeito-tesoura, cuja amplitude de abertura das lâminas está

* Artigo recebido em 11 jan. 2007.

¹ Tal reconhecimento pelo Governo ocorreu pressionado por uma intensa mobilização dos produtores, especialmente em alguns dos que se poderiam chamar de “estados agrícolas” — Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina —, compreendendo, inclusive, o bloqueio de estradas estaduais (Valor Online, 2006).

² Com informações disponíveis nos *sites* do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Brasil, 2006) e do IBGE (2006) até 04 de dezembro de 2006.

grandemente associada ao comportamento dos preços recebidos pelos produtores e se acha representada no Gráfico 1. Veja-se, por outro lado, que os preços dos insumos acompanham a evolução do IPCA.

O Gráfico 2 mostra o comportamento dos preços agrícolas das principais lavouras de grãos do Rio Grande do Sul. De uma maneira geral, pode-se dizer que ocorreu deterioração dos preços desde janeiro de 2004, o que atingiu, sobretudo, as produções de soja e de arroz. As cotações do milho e, especialmente, as do feijão iniciaram o processo de queda mais tardiamente, no final do ano de 2005. (Isso explica, aliás, porque os produtores gaúchos, como os do resto do Brasil, diante desse quadro, semearam mais grãos de milho do que de soja na safra 2005/2006). A lavoura de feijão é relativamente inexpressiva em termos de área cultivada (e de produtividade física), razão pela qual seu desempenho termina contando menos para os resultados globais da lavoura. De qualquer maneira, logo após o plantio da safra 2005/2006, despencaram os preços do milho e do feijão, continuaram a reduzir-se os da soja, enquanto os do arroz, após uma ligeira recuperação, voltaram aos níveis inferiores, aos patamares registrados em out.-nov./05.³ E tudo isso aconteceu em plena entressafra da produção. Já na época da colheita e da comercialização da safra (maio-jun./06), notou-se uma ligeira recuperação dos preços nominais, exceto para os pagos ao feijão, contudo ela não foi suficiente para alçá-los aos níveis registrados em 2004 e 2005.

Quanto à situação da lavoura de grãos de inverno mais importante do Rio Grande do Sul, a de trigo, embora tivesse convivido com uma certa estabilidade de preços entre os plantios das safras 2005 e 2006, os mesmos não haviam ainda se recuperado da brusca queda ocorrida após o plantio de 2004, tampouco acompanhando a evolução do IPCA (Gráfico 3). Os preços baixos em anos anteriores, junto à dificuldade de competição no mercado interno com o produto importado, explicam a queda da área plantada em cerca de 150 mil hectares em 2006, com relação a 2005 (IBGE, 2006).⁴

³ Essa conjuntura de preços, no que diz respeito ao milho e à soja, em grande medida, pode estar ligada à queda das exportações brasileiras de carnes de frangos e suína, assim como de farelos de soja, no período da colheita, decorrente do surgimento da gripe aviária na Europa e da febre aftosa no rebanho suíno do Paraná. Embora não tenha havido foco no rebanho suíno gaúcho, em um primeiro momento o temor da doença afetou as exportações estaduais (Valor Online, 2006).

⁴ Refere-se ao documento **Estimativa [das safras] de Novembro com Relação a Outubro de 2006**.

De outro lado, o segmento exportador da agropecuária tinha sua renda em reais deprimida pela valorização continuada do real frente ao dólar: em média, a taxa de câmbio de venda da moeda brasileira acumulava uma valorização nominal de 4,75% em 2004, de 16,80% em 2005 e de 5,67% de janeiro até 11 de novembro de 2006. No período considerado, o real valorizou-se, em termos nominais, frente ao dólar, na razão de 26,17 (Tabela 1).

No Gráfico 4, pode-se acompanhar a trajetória da valorização real da moeda brasileira frente ao dólar, desde dezembro de 2004 até outubro de 2006.

Mas, em nosso entender, a razão maior das dificuldades enfrentadas pelo setor teria outra origem, residindo no crescimento das dívidas contraídas pelos produtores em épocas pretéritas, acompanhando o *boom* produtivo iniciado em 1997-98, as quais vieram acumulando-se, principalmente a partir de 2001, como mostra a súbita mudança na curva dos saldos do crédito rural no Gráfico 5.

É preciso recordar que a produção de grãos no período se expandiu para áreas novas do cerrado brasileiro, nas suas porções centro e norte. A incorporação de áreas para a agricultura nessas regiões exige correção da acidez dos solos, portanto, são necessários investimentos pesados em calcário e, além disso, a aquisição de máquinas, como tratores, colheitadeiras, e implementos agrícolas. Em outras palavras, a integração acelerada de áreas às novas regiões na fronteira agrícola exigia muito investimento, necessidade esta que foi coberta pelo crédito de instituições puramente bancárias (públicas e privadas) e, também, por empresas fornecedoras desses produtos. Muito dos gastos correntes relacionados ao custeio da lavoura também foram obtidos pelos produtores e/ou por suas cooperativas junto a fornecedores de insumos das respectivas cadeias produtivas. Em suma, a rápida expansão da lavoura esteve associada a um também rápido endividamento dos produtores — no curto e no longo prazo.

As análises de conjuntura do IPEA no ano de 2006 insistem muito em relação a esse ponto, alertando para o fato de que a agricultura vivia uma enorme crise financeira, que estaria a engessar sua capacidade de crescimento e, até mesmo, dificultando a manutenção do nível corrente das atividades (B. Conj. 2005; 2006; 2006a).

A gravidade da situação explica a intervenção governamental no sentido de renegociar os débitos dos agricultores no ano de 2006. Embora a intervenção tenha sido vital para dar fôlego ao setor, ainda ficam os débitos acumulados, os quais, pelo menos em princípio, continuariam a atrasar um novo salto expansionista da atividade. De todas as maneiras, vê-se que a uma crise

econômica, associada à queda da rentabilidade, soma-se uma grave crise financeira, uma atuando sobre a outra e deprimindo a capacidade potencial de crescimento, inviabilizando novos investimentos, quer para incorporação de novas áreas, quer digam respeito ao aumento de produtividade.

Os dados da Tabela 2 abrangem os créditos rurais, em suas diferentes modalidades, concedidos à agricultura sul-rio-grandense nos anos antecedentes à crise agrícola de 2006. Eles mostram a preponderância dos créditos de custeio e investimento sobre os demais itens financiados e, o que interessa salientar nesse contexto, o expressivo aumento que registraram no decorrer do tempo. Vê-se que subiram 2,5 vezes mais do que a área cultivada com grãos e, sendo assim, fizeram-no muito acima da evolução de qualquer indicador que expresse a subida de preços no período.

Se a crise de endividamento esteve, em grande medida, associada à expansão da fronteira agrícola, então, ela seria mais grave nas novas regiões produtoras do que nas áreas tradicionais, como o Rio Grande do Sul, que estariam em melhor posição frente às concorrentes dos cerrados. Isso é bem plausível, todavia há que se ter presente que a expansão da lavoura no Estado privilegiou as áreas tradicionalmente ocupadas pela pecuária, na Metade Sul, mais especificamente nas Mesorregiões Sudoeste⁵ e Centro-Occidental do IBGE. Assim sendo, os produtores dessas regiões estariam, nesse ponto, passando por dificuldades semelhantes às dos produtores dos cerrados, logo, também se teriam endividado rapidamente.

Às condições negativas referidas anteriormente — que afetaram o coração do setor graneleiro nacional e que antecederam o plantio da safra de grãos 2005/2006 no Rio Grande do Sul — veio somar-se mais outra, a resultante da segunda pior quebra de safra de sua história, pelo menos daquela contada a partir de 1991. Se a comparação entre as safras for realizada com períodos mais recentes, foi verdadeiramente catastrófico o resultado obtido na safra 2004/2005, quando se plantaram 7.404.000 hectares e se colheram 11.498.000 toneladas de grãos.

⁵ A Mesorregião Sudoeste, correspondendo à chamada Campanha Rio-Grandense, incorporou 409.000 hectares aos 492 mil utilizados em 1990, totalizando 901 mil hectares explorados em 2004. Mais precisamente, foi uma de suas microrregiões, a Campanha Ocidental (integrada pelos Municípios de Rosário do Sul, Livramento e São Gabriel, para citar alguns dos mais importantes), a área responsável pelo aumento expressivo da terra cultivada. Enquanto crescia a área da lavoura temporária na Mesorregião Sudoeste, esta diminuía em 315.000 hectares na Mesorregião Noroeste, que historicamente representa o coração, o núcleo central da produção graneleira estadual.

É preciso ter presente que, nas safras imediatamente anteriores, 2002/2003 e 2003/2004, com aproximadamente os mesmos hectares (7.195.000 e 7.621.000 hectares respectivamente), obtiveram-se 22 milhões e 17,4 milhões de toneladas de grãos.

É fácil entender que, diante desses azares negativos, quaisquer vantagens que pudessem ter tido os produtores gaúchos com relação aos dos cerrados, no que diz respeito a custos de transporte das mercadorias e ao grau de endividamento, teriam sido, em grande medida, anuladas. E, conseqüentemente, os mesmos teriam visto a sua capacidade de produzir mais e, assim, de pagar seus débitos ser dramaticamente reduzida.

Sejam quais forem as vantagens e desvantagens relativas das lavouras temporárias regionais entre si, o fato é que a situação em que se encontravam os produtores em seu conjunto obrigou a intervenção governamental, justamente no momento da colheita da safra 2005/2006, sem a qual o setor poderia entrar em colapso. O Estado interveio notadamente no aspecto financeiro da crise, renegociando os créditos de custeio contratados pelos produtores para o plantio da safra colhida em 2006 e os de investimento que se haviam acumulado, através de safras anteriores, junto ao sistema oficial de crédito e aos supridores privados de recursos. Mas também interveio nos aspectos econômicos da mesma, de um lado, acionando instrumentos de sustentação dos preços de comercialização das safras e, de outro, permitindo a importação de insumos agrícolas para a produção destinada à exportação, isentos de impostos (regime de *draw back*). Tais medidas permitiram aos produtores voltar aos bancos e se financiar para a safra 2006/2007.

As considerações feitas até aqui permitem concluir que a crise eclodida em 2006 vinha sendo gestada em safras anteriores e que não está localizada no Rio Grande do Sul, ela é nacional. Tanto é assim que, na safra 2004/2005, a área total plantada com o conjunto das lavouras temporárias no Brasil subiu apenas 2,3%, quando o fizera em mais de 8,0% nas duas safras anteriores. A área plantada com arroz, milho, feijão, soja e trigo, em âmbito nacional, cresceu aproximadamente no mesmo ritmo da área total da lavoura (cerca de 2%) na safra 2004/2005 e reduziu-se, em valores absolutos, na safra 2005/2006. É bem verdade que, no Rio Grande do Sul, a redução do número de hectares plantados com os cinco grãos já havia começado na safra anterior, 2004/2005, movimento que se mantém na safra 2005/2006.

Na Tabela 3, compara-se a expansão da área da lavoura no Rio Grande do Sul com a das demais regiões produtoras brasileiras, com o objetivo de mostrar se aque-

la trajetória recessiva da atividade no País descrita antes estava mais, ou menos, influenciada pelo comportamento do seu segmento regional. Os dados permitem concluir que o processo ocorrido no Rio Grande do Sul pouco influenciou o nacional, uma vez que a desaceleração fora do Estado já havia começado antes e que foram as demais regiões concorrentes que deixaram de plantar cerca de 1,8 milhão de hectares entre as safras 2004/2005 e 2005/2006. De qualquer modo, aqui e no resto do Brasil, a crise interrompeu o *boom* produtor/exportador iniciado depois de 1996 e, segundo se argumentou, de maneira importante, associada ao endividamento que o acompanhou e que teria levado à insolvência dos produtores.

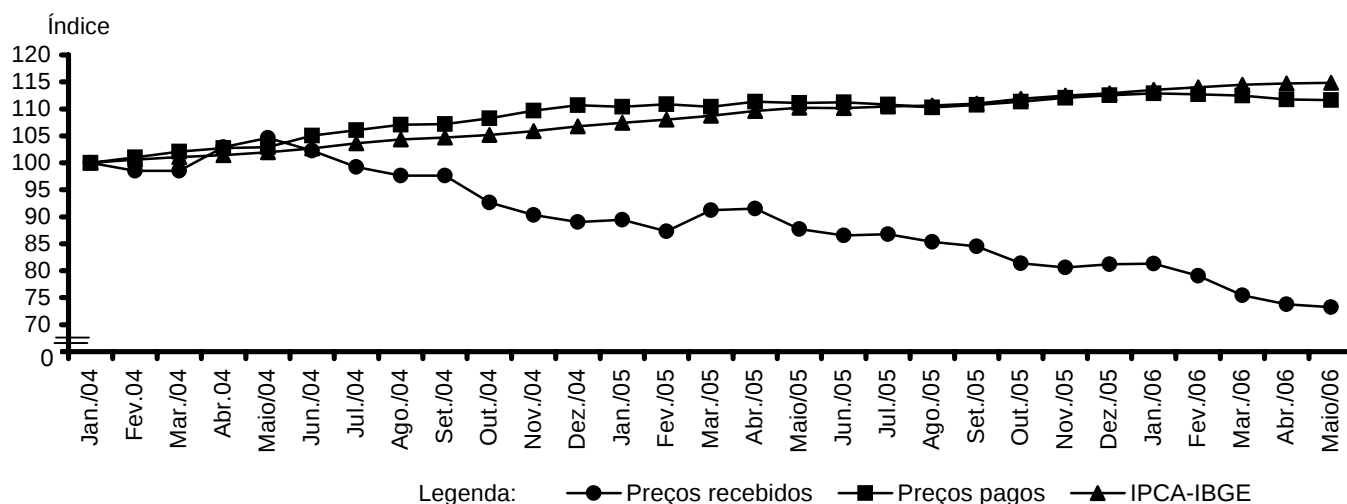
A Tabela 4 apresenta outro indicador da crise agrícola e do comprometimento da expansão do setor. Os dados mostram a redução das vendas de máquinas agrícolas (tratores e colheitadeiras) principalmente de 2004

para 2005, anos que antecederam a crise manifestada em 2006. As vendas de colheitadeiras continuaram em franca queda no acumulado das vendas de janeiro a novembro de 2006, com relação a igual período de 2005.

Na safra 2005/2006, estima-se que o Rio Grande do Sul tenha produzido mais de 8 milhões de toneladas de grãos em relação à de 2004/2005. E isso graças à recuperação dos índices de produtividade física das lavouras, uma vez que a área cultivada se reduziu em termos absolutos. As demais regiões produtoras em conjunto (Brasil menos RS na Tabela 5) tiveram uma redução no volume produzido da ordem de 3,7 milhões de toneladas. O aumento da produção brasileira como um todo (4,5 milhões de toneladas) só foi possível, assim, pelo acréscimo da produção do Rio Grande do Sul. E esta devendo-se de forma importante ao comportamento favorável do clima.

Gráfico 1

Índice de preços pagos e recebidos pelos produtores rurais e IPCA no Brasil — jan./04-maio/06



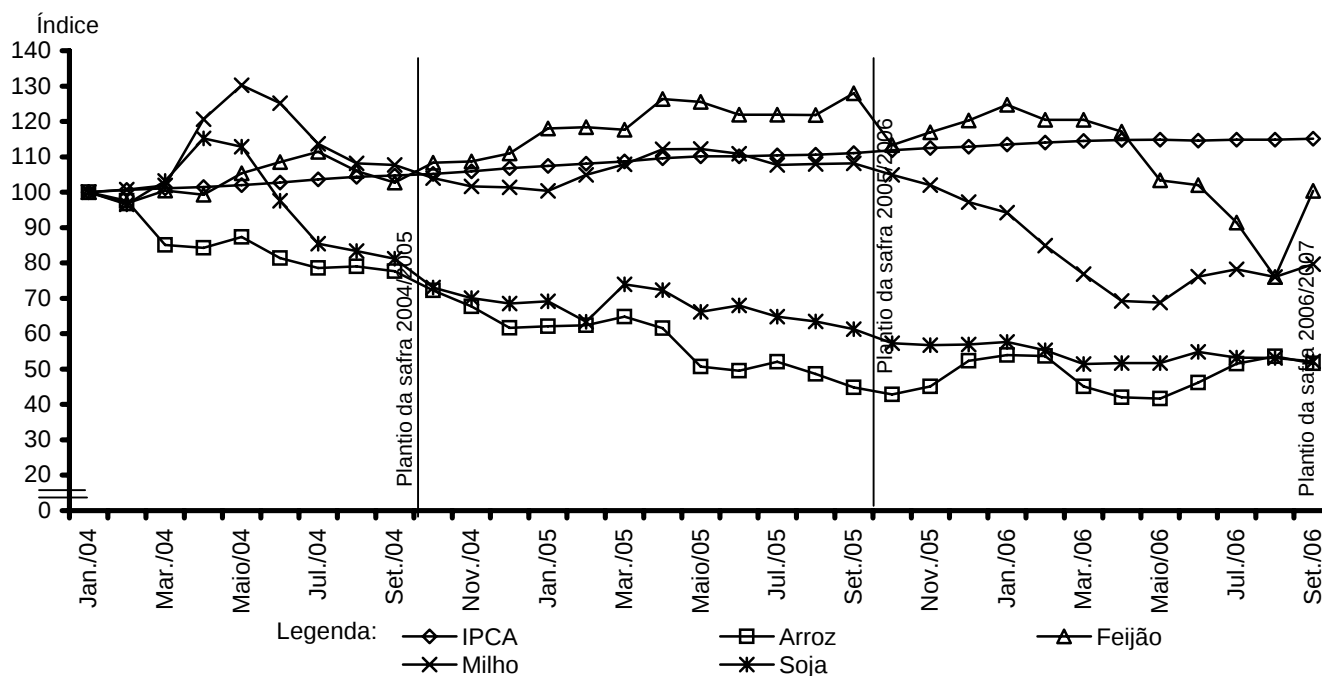
FONTE DOS DADOS BRUTOS: IPCA-IBGE, base dez./93 = 100.

FGV, colunas 5 e 7, base ago./94 = 100.

NOTA: O índice tem com base jan./04 = 100.

Gráfico 2

Evolução dos preços de grãos selecionados recebidos pelos agricultores
no Rio Grande do Sul — jan./04-set./06

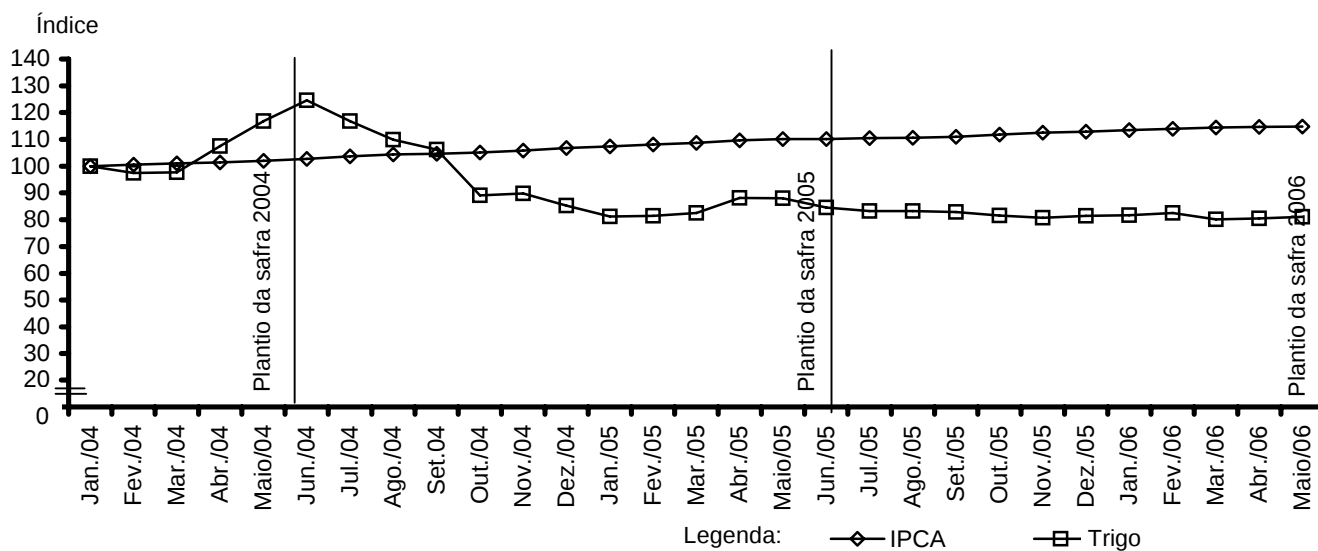


FONTES DOS DADOS BRUTOS: Tabela A.1.

NOTA: Os dados têm como base jan./04 = 100.

Gráfico 3

Evolução dos preços recebidos pelos produtores de trigo e do IPCA no Rio Grande do Sul — jan./04-maio/06



FONTES DOS DADOS BRUTOS: Tabela A.1.

NOTA: Os dados têm como base: jan./04 = 100.

Tabela 1

Taxa de câmbio nominal relativa à média do período no Brasil — 2004/06

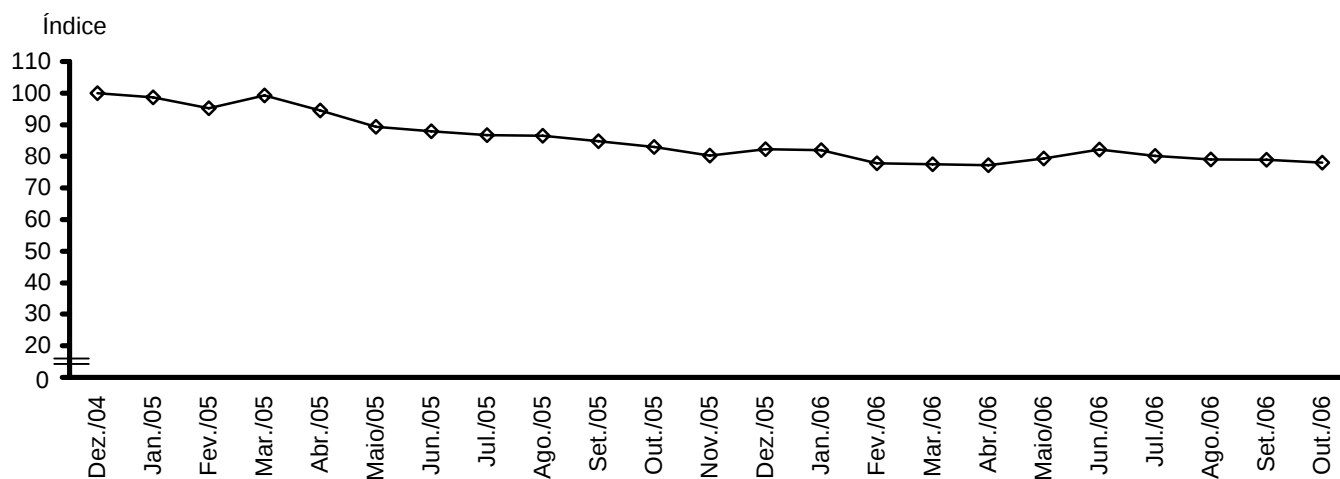
DISCRIMINAÇÃO	TAXA (R\$/US\$)	VARIAÇÃO %
2004	2,9257	-4,75
2005	2,4341	-16,8
2006 (1)	2,1798	-5,67
Variação acumulada	-	-26,17

FONTE: INDICADORES ECONÔMICOS. Brasília: Bacen, v. 29, 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>.

(1) Dados observados até 17.11.06.

Gráfico 4

Evolução da taxa real de câmbio do Brasil — dez./04-out./06



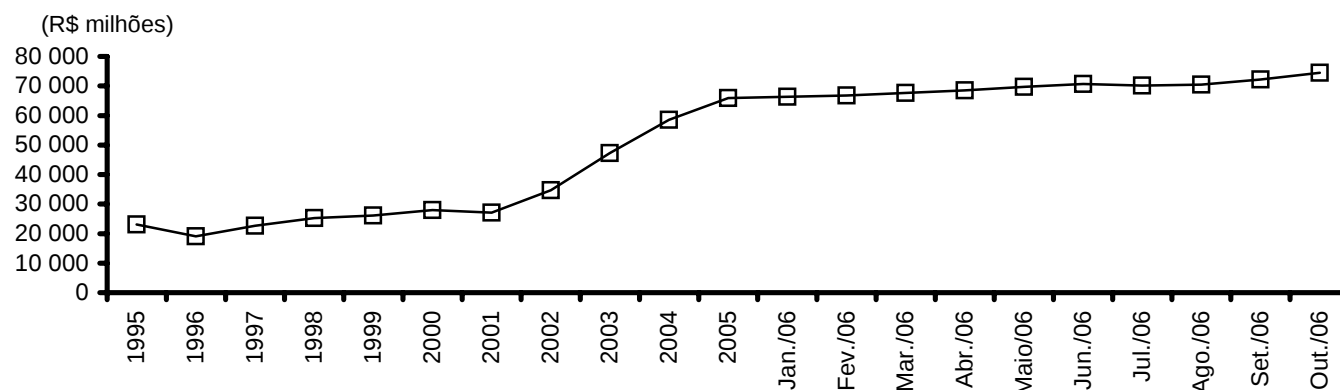
FONTE: Banco Central do Brasil.

NOTA: 1. Os dados têm como base dez./04 = 100.

2. A taxa de câmbio está em R\$/US\$.

Gráfico 5

Saldo dos empréstimos do sistema financeiro ao setor rural no Brasil — 1995/06



FONTE: BOLETIM DO BANCO CENTRAL. Brasília: BACEN, out. 2006.

NOTA: 1. Em valores nominais.

2. Dados de dezembro de 1995 a 2005.

Tabela 2

Evolução do crédito rural, em valores nominais, Rio Grande do Sul — dez. 2000-05

DISCRIMINAÇÃO	DEZ/00	DEZ/01	DEZ/02
Financiamentos rurais para agricultura — custeio e investimento (R\$ 1 000)	3 100 281	3 128 256	4 093 118
Financiamentos rurais para agricultura — comercialização (R\$ 1 000)	257 070	282 176	315 591
Subtotal (R\$ 1 000).....	3 357 351	3 410 431	4 408 709
Financiamentos rurais para pecuária — custeio e investimento (R\$ 1 000)	379 580	534 432	663 151
Financiamentos rurais para pecuária — comercialização (R\$ 1 000)	40 553	53 995	66 734
Subtotal (R\$ 1 000)	420 133	588 427	729 886
Financiamentos agroindustriais (R\$ 1 000)	9 917	8 012	207 112
Financiamentos rurais e agroindustriais (R\$ 1 000)	3 787 402	4 006 871	5 345 707
Área plantada (ha)	6 272 000	6 370 100	6 733 600
Financiamento para custeio e investimento/área plantada (R\$/ha)	0,494	0,491	0,608
Relativo de crescimento (índice)	100	99	123
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/03	DEZ/04	DEZ/05
Financiamentos rurais para agricultura — custeio e investimento (R\$ 1 000)	5 769 449	7 734 551	9 305 903
Financiamentos rurais para agricultura — comercialização (R\$ 1 000)	324 571	495 817	399 597
Subtotal (R\$ 1 000).....	6 094 020	8 230 367	9 705 499
Financiamentos rurais para pecuária — custeio e investimento (R\$ 1 000)	762 564	765 281	999 760
Financiamentos rurais para pecuária — comercialização (R\$ 1 000)	33 040	26 318	43 680
Subtotal (R\$ 1 000).....	795 604	791 599	1 043 440
Financiamentos agroindustriais (R\$ 1 000)	631 214	446 464	557 511
Financiamentos rurais e agroindustriais (R\$ 1 000)	7 520 839	9 468 431	11 306 451
Área plantada (ha)	7 195 100	7 610 800	7 403 500
Financiamento para custeio e investimento/área plantada (R\$/ha)	0,802	1,016	1,257
Relativo de crescimento (índice)	162	206	254

FONTE: Banrisul.

Bacen.

Tabela 3

Evolução das áreas plantadas produtoras de grãos no Rio Grande do Sul e nas demais regiões brasileiras — safras 2002/2003-2005/2006

(ha)							
DISCRIMINAÇÃO	2002/ /2003	2003/ /2004	VARIAÇÃO ABSOLUTA 2004/2003	2004/ /2005	VARIAÇÃO ABSOLUTA 2005/2004	2005/ /2006	VARIAÇÃO ABSOLUTA 2006/2005
Brasil	42 005 752	45 377 044	3 371 292	45 975 039	597 995	43 925 625	-2 049 414
RS	7 195 127	7 610 802	415 675	7 403 544	-207 258	7 132 742	-270 802
Brasil - RS	34 810 625	37 766 242	2 955 617	38 571 495	805 253	36 792 883	-1 778 612

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas A.2 e A.3.

Tabela 4

Vendas de máquinas agrícolas nacionais no atacado, no Brasil — 2003/06

PERÍODOS	TRATORES DE RODAS		COLHEITADEIRAS	
	Número	Relativos	Número	Relativos
2003	29 405	100,00	5 434	100,00
2004	28 636	97,38	5 598	103,02
2005	17 543	59,66	1 533	28,21
Jan.-nov./05	16 825	100,00	1 370	100,00
Jan.-nov./06	18 891	112,28	817	59,64

FONTE: ANFAVEA. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br>>. Acesso em: dez. 2006.

Tabela 5

A contribuição do Rio Grande do Sul ao volume produzido de grãos no Brasil — safras 2002/2003-2005/2006

(t)						
PRODUÇÃO	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	DIFERENÇA 2005/2006 - - 2004/2005	DIFERENÇA 2005/2006 - - 2002/2003
Brasil	120 036 904	113 400 360	107 150 234	111 632 927	4 482 693	-8 403 977
RS	22 235 994	17 451 834	11 497 604	19 714 584	8 216 980	-2 521 410
Brasil - RS	97 800 910	95 948 526	95 652 630	91 918 343	-3 734 287	-5 882 567

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas A.2 e A.3.

Perspectivas para a safra gaúcha 2006/2007

Pelas previsões da Conab, não se deve esperar a expansão da lavoura de grãos estadual. Elas apontam uma nova safra que repetiria aproximadamente os resultados da 2005/2006, mesmo que se tome como referência a hipótese máxima sobre o comportamento da atividade (Tabela 6).

Considerando-se essa hipótese, a produção física em tonelagem decresceria ligeiramente, apesar de um também pequeno aumento da área plantada com os cinco grãos. Tal resultado estaria associado a uma expectativa de queda de produtividade da lavoura dos grãos no Estado, com exceção da do milho.

Depois de tudo o que foi dito, no tópico precedente, sobre as dificuldades em que se encontravam os produtores no momento que antecedeu o plantio da safra em 2006, seria pouco provável que se desenhasse um cenário diferente para a colheita de 2007. A intervenção governamental teria tido o efeito apenas de assegurar os níveis históricos da atividade setorial.

O quadro brasileiro para a safra de grãos 2006/2007, em sua expectativa mais otimista, é um pouco mais favorável do que o desenhado para a lavoura sul-rio-grandense nas mesmas condições, pois se espera um razoável aumento da produtividade das lavouras da soja, além de uma melhoria nos índices da exploração do milho.

Todavia a área total cultivada com o conjunto de grãos analisados cairia pouco mais de 800.000 hectares, mesmo considerando-se a hipótese mais otimista. Sendo assim, no Brasil, seria a segunda safra consecutiva em que cairia a área cultivada com o conjunto dos grãos analisados. De qualquer forma, o efeito líquido do aumento de produtividade e da queda de área da lavoura seria, ainda assim, positivo, traduzindo-se em um acréscimo do volume produzido de cerca de 4,5 milhões de toneladas e em uma produção total de 116 milhões de toneladas a serem colhidas em 2007.

Agora, resta esperar, pelo menos, que fatores naturais não prejudiquem os resultados projetados para o desempenho da lavoura de grãos no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Tabela 6

Prognósticos para a safra de grãos gaúcha — 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	2005/2006	2006/2007		VARIAÇÃO $\frac{2006/2007}{2005/2006}$	
		Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior
Produção física (t)					
Arroz	6 784 231	6 185 200	6 380 300	91,17	94,05
Feijão	120 156	119 100	121 900	99,12	101,45
Milho	4 530 562	4 624 400	4 719 700	102,07	104,17
Soja	7 559 288	7 456 600	7 530 300	98,64	99,62
Trigo	720 347	755 700	755 700	104,91	104,91
Subtotal	19 714 584	19 141 000	19 507 900	97,09	98,95
Área plantada (ha)					
Arroz	1 023 330	967 200	997 700	94,51	97,50
Feijão	122 663	122 800	125 600	100,11	102,39
Milho	1 422 060	1 392 900	1 421 600	97,95	99,97
Soja	3 868 501	3 924 500	3 963 300	101,45	102,45
Trigo	696 188	693 300	693 300	99,59	99,59
Subtotal	7 132 742	7 100 700	7 201 500	99,55	100,96
Produtividade física (kg/ha)					
Arroz	6 631	6 395	6 395	96,44	96,44
Feijão	979	970	971	99,07	99,14
Milho	3 229	3 320	3 320	102,82	102,82
Soja	1 956	1 900	1 900	97,14	97,14
Trigo	1 223	1 090	1 090	89,13	89,13

FONTE DOS DADOS BRUTOS: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. 2º levantamento de intenção de plantio — safra 2006/07. Brasília: nov./2006. CONAB — Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>.

Apêndice

Tabela A.1

Preços dos principais grãos, em valores nominais, recebidos pelos produtores
no Rio Grande do Sul — jan./04-set./06

(R\$)

MESES	ARROZ EM CASCA (1)	FEIJÃO (2)	MILHO (2)	SOJA (2)	TRIGO (2)
Jan./04	38,68	65,73	17,09	43,27	22,31
Fev./04	37,73	63,64	17,22	41,79	21,74
Mar./04	32,90	66,05	17,42	44,64	21,81
Abr./04	32,58	65,24	20,62	49,85	23,99
Mai./04	33,77	69,26	22,25	48,83	26,07
Jun./04	31,46	71,33	21,39	42,21	27,79
Jul./04	30,38	73,25	19,43	36,97	26,06
Ago./04	30,58	69,64	18,48	36,07	24,51
Set./04	30,05	67,53	18,41	35,14	23,68
Out./04	27,96	71,21	17,77	31,60	19,88
Nov./04	26,18	71,43	17,37	30,30	20,05
Dez./04	23,86	72,93	17,33	29,66	19,02
Jan./05	24,02	77,56	17,16	29,91	18,11
Fev./05	24,13	77,80	17,92	27,43	18,17
Mar./05	25,09	77,32	18,44	32,00	18,41
Abr./05	23,82	83,07	19,17	31,28	19,66
Mai./05	19,62	82,53	19,18	28,65	19,63
Jun./05	19,15	80,10	18,95	29,41	18,87
Jul./05	20,14	80,10	18,41	28,05	18,58
Ago./05	18,82	80,08	18,45	27,46	18,56
Set./05	17,34	84,13	18,48	26,54	18,48
Out./05	16,58	74,50	17,92	24,81	18,21
Nov./05	17,46	76,83	17,43	24,55	18,01
Dez./05	20,25	79,06	16,61	24,66	18,17
Jan./06	20,86	82,00	16,11	24,94	18,23
Fev./06	20,78	79,17	14,51	23,94	18,42
Mar./06	17,46	79,19	13,14	22,25	17,88
Abr./06	16,24	77,00	11,84	22,36	17,97
Mai./06	16,10	67,93	11,76	22,36	18,08
Jun./06	17,88	67,07	13,01	23,75	18,31
Jul./06	19,93	60,09	13,37	23,02	18,45
Ago./06	20,75	50,00	13,00	23,00	19,00
Set./06	19,98	66,00	13,61	22,56	19,72

FONTE: Emater.

(1) Em saco de 50kg. (2) Em saco de 60kg.

Tabela A.2

Produção, área colhida, área plantada e produtividade em lavouras temporárias do Brasil — safras 2002/2003, 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006

LAVOURAS E TOTAL	PRODUÇÃO (t)				ÁREA COLHIDA (ha)			
	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
Arroz	10 334 603	13 277 008	13 225 663	11 513 019	3 180 859	3 733 148	3 918 915	2 964 339
Feijão	3 302 038	2 967 007	3 012 158	3 377 163	4 090 568	3 978 660	3 748 461	3 998 705
Milho	48 327 323	41 787 558	35 115 911	42 122 980	12 965 678	12 410 677	11 548 912	12 555 563
Soja	51 919 440	49 549 941	51 138 045	52 356 720	18 524 769	21 538 990	22 932 818	22 010 658
Trigo	6 153 500	5 818 846	4 658 457	2 263 045	2 560 231	2 807 224	2 358 576	1 528 687
TOTAL	120 036 904	113 400 360	107 150 234	111 632 927	41 322 105	44 468 699	44 507 682	43 057 952

LAVOURAS E TOTAL	ÁREA PLANTADA (ha)				PRODUTIVIDADE (kg/ha)			
	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
Arroz	3 193 936	3 774 215	4 002 133	3 000 976	3 248	3 556	3 375	3 884
Feijão	4 378 213	4 325 777	3 953 843	4 198 241	807	745	804	845
Milho	13 343 992	12 864 838	12 247 551	12 913 939	3 727	3 367	3 041	3 355
Soja	18 527 544	21 601 340	23 410 650	22 046 825	2 802	2 300	2 230	2 379
Trigo	2 562 067	2 810 874	2 360 862	1 765 644	2 403	2 072	1 975	1 480
TOTAL	42 005 752	45 377 044	45 975 039	43 925 625	-	-	-	-

FONTE: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Brasília: IBGE, 2006.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Brasília: IBGE, 2006.

Tabela A.3

Produção, área colhida, área plantada e produtividade em lavouras temporárias do Rio Grande do Sul — safras 2002/2003, 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006

LAVOURAS E TOTAL	PRODUÇÃO (t)				ÁREA COLHIDA (ha)			
	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
Arroz	4 697 151	6 338 139	6 103 289	6 784 231	961 760	1 044 124	1 005 874	1 023 074
Feijão	137 865	133 709	75 004	120 156	155 937	136 456	108 582	121 670
Milho	5 426 124	3 376 862	1 485 040	4 530 562	1 415 297	1 199 523	965 586	1 403 218
Soja	9 579 297	5 541 714	2 444 540	7 559 288	3 591 470	3 968 530	3 733 822	3 863 726
Trigo	2 395 557	2 061 410	1 389 731	720 347	1 063 194	1 124 800	844 420	589 036
TOTAL	22 235 994	17 451 834	11 497 604	19 714 584	7 187 658	7 473 433	6 658 284	7 000 724

LAVOURAS E TOTAL	ÁREA PLANTADA (ha)				PRODUTIVIDADE (kg/ha)			
	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
Arroz	962 210	1 056 098	1 055 232	1 023 330	4 883	6 070	6 068	6 631
Feijão	160 276	142 225	118 105	122 663	884	979	691	988
Milho	1 416 777	1 303 297	1 206 119	1 422 060	3 833	2 815	1 538	3 229
Soja	3 591 970	3 984 337	4 179 272	3 868 501	2 667	1 396	655	1 956
Trigo	1 063 894	1 124 845	844 821	696 188	2 253	1 832	1 646	1 223
TOTAL	7 195 127	7 610 802	7 403 549	7 132 742	-	-	-	-

FONTE: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Brasília: IBGE, 2006.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Brasília: IBGE, 2006.

Anexo

Box A.1

Algumas medidas governamentais para sustentar a renda e aliviar a crise financeira que afeta diretamente o segmento produtor de grãos (BRASIL, 2006).

1 Apoio direto à comercialização: ampliação dos recursos para a PGPM

Alocação adicional de R\$ 1 bilhão, sendo R\$ 500 milhões em abril e R\$ 500 milhões em maio, sobre os R\$ 650 milhões previstos no orçamento de 2006.

Apoio direto à comercialização de soja — alocação de mais um R\$ 1 bilhão para sustentar os preços da soja ao produtor, por meio de prêmio de risco de opção privada (**Prop**). Trata-se de **uma compensação monetária variável, em função do custo do frete**. Os principais beneficiários são os produtores mais distantes dos centros de consumo.

2 Medidas financeiras

2.1 Prorrogação de dívidas

2.1.1 Prorrogação de investimento

Prorrogadas as parcelas (capital, juros e acessórios) vencidas e a vencer em 2006 para até 12 meses após a última prestação. Produtores cuja renda principal seja originada de algodão, arroz, milho, soja, sorgo ou trigo têm prorrogação automática, sem análise caso a caso.

Fundos constitucionais: prorrogadas as parcelas de 2005 e 2006.

2.1.2 Prorrogação de crédito de custeio

Prorrogação das parcelas vencidas e a vencer em 2006, prorrogadas em 2005 por problemas de estiagem.

Produtores cuja renda principal seja originada de algodão, arroz, milho, soja, sorgo ou trigo têm prorrogação automática, sem análise caso a caso.

Prorrogação automática de parte dos créditos de custeio da safra 2005/2006, pelo prazo de quatro anos, em parcelas anuais, com a primeira parcela vencendo 12 meses após a data da repactuação. O valor total prorrogado varia em função da região e do produto, com base nos seguintes critérios:

- soja - prorrogação de 50% nas Regiões Sul e Sudeste e 80% nas demais regiões;
- arroz - prorrogação de 40% em todo o território nacional;
- algodão - prorrogação de 30% em todo o território nacional;
- milho - prorrogação de 20% em todo o território nacional.

2.2 Refinanciamento de parcelas do Pesa, Securitização e Recoop

Refinanciamento das parcelas do Pesa, Securitização e Recoop vencidas em 2005 e vencidas e vincendas em 2006 dos produtores que estavam adimplentes até 31 de dezembro de 2004. Realizado com recursos controlados do crédito rural à taxa de 8,75% ao ano, o refinanciamento tem prazo de até cinco anos, incluídos até dois anos de carência para o pagamento da primeira parcela.

Refinanciamento de dívidas de produtores rurais e cooperativas com fornecedores privados de crédito e com o sistema bancário relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006.

Referências

BOLETIM DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro, IPEA, n. 71, dez. 2005.

BOLETIM DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro, IPEA, n. 73, jun. 2006.

BOLETIM DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro, IPEA, n. 74, set. 2006a.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **PAP — Plano Agrícola e Pecuário 2006/2007**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 25 maio 2006.

IBGE. **Base SIDRA**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 13 dez. 2006.

VALOR ONLINE. São Paulo, Valor Econômico. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>>. Acesso em: 16 maio 2006.